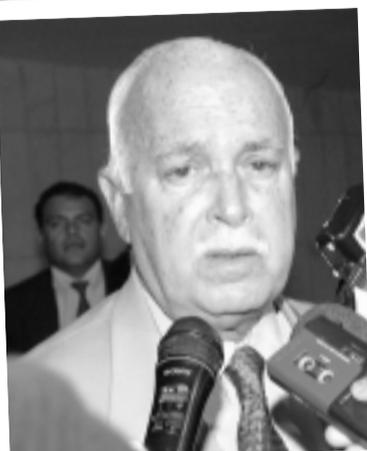


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.149 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2000



Antonio Carlos recebe amanhã a proposta orçamentária das mãos do ministro do Planejamento

Orçamento de 2001 chega amanhã ao Congresso

PÁGINA 4



Martus Tavares disse na subcomissão que não cabe ao Executivo julgar o mérito dos pedidos do Judiciário

Ministro explica liberação de verbas e relator cobra maior controle no Judiciário

PÁGINAS 2 E 3

Cabral alerta para risco à sobrevivência da Amazônia

O projeto que altera a Lei de Informática, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, enfraquece a Zona Franca de Manaus e coloca em risco a sobrevivência de toda a região amazônica. O alerta é do senador Bernardo Cabral em discurso no Plenário.

PÁGINA 6

PÓLO INDUSTRIAL	
Zona Franca de Manaus	
Faturamento mensal	US\$ 835.772.818
Mão-de-obra empregada	42.275 pessoas
Produção neste ano (*)	
3.098.740 TVs em cores	
1.240.489 Monitores	
1.016.766 Aparelhos de som (3 em 1)	
661.876 Videocassetes	
608.001 Fornos microondas	
398.408 Ar-condicionados	
366.521 Motos	
85.659.819 CDs	
49.762 Computadores	(*) de janeiro a julho de 2000

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Dados de julho de 2000

PROPOSTA DE PLEBISCITO SOBRE DÍVIDA GERA DEBATES

Os senadores José Roberto Arruda e Eduardo Suplicy debateram ontem, em Plenário, a proposta de convocação de um plebiscito sobre as dívidas interna e externa. Apresentada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a proposta foi comentada também pelo senador Djalma Bessa e pela senadora Heloísa Helena.



José Roberto Arruda



Eduardo Suplicy



Djalma Bessa



Heloísa Helena

ÁLVARO DIAS PREGA O FIM DA REELEIÇÃO

PÁGINA 7

FREIRE QUER CENTROS PÚBLICOS DE SAÚDE

PÁGINA 8

PÁGINA 5

Governo respeitou autonomia dos Poderes, diz Martus

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão afirma que, por imposição constitucional, não caberia ao Executivo questionar os pedidos de recursos para as obras do fórum do Tribunal Regional do Trabalho de SP

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, lembrou o princípio constitucional da independência entre os Poderes, em depoimento à Subcomissão do Judiciário, ao explicar o pedido de crédito suplementar de R\$ 25 milhões para a obra do fórum trabalhista de São Paulo que assinou em 1996. Segundo ele, não cabe ao Executivo julgar o mérito de propostas encaminhadas pelo Judiciário.

Durante sua exposição inicial de uma hora à subcomissão, o ministro lembrou que o pedido de crédito suplementar foi apresentado em 16 de julho de 1996 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) com "extensa justificativa técnica". Em seguida, foi enviado por ele à Casa Civil em 27 de setembro, com reprodução dos argumentos elaborados pelo então presidente do TST, Ermes Pedrassani, e encaminhado três dias depois ao Congresso, que finalmente aprovou a proposta em 5 de dezembro.

– Seguimos o rito e fizemos o que determina a lei – disse Martus Tavares aos integrantes da subcomissão, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Segundo o ministro, não havia motivos para que ele não encaminhasse o pedido ao Congresso, uma vez que o Ministério do Planejamento não tinha conhecimento, até então, das irregularidades constatadas na obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP).

Além disso, afirmou Martus, o Poder Executivo não tem competência legal para avaliar os pedidos de crédito feitos pelo Judiciário, que dispõe de autonomia administrativa e financeira segundo a Constituição. "Não podemos dizer a um outro Poder para não fazer uma obra e fazer outra, ou para não comprar isso e comprar aquilo", explicou o ministro. "A responsabilidade do pedido é do Poder que está solicitando."



"Seguimos o rito e fizemos o que determina a lei", disse o ministro Martus Tavares na Subcomissão do Judiciário

O ministro lembrou ainda que, nos anos de 1997 e 1998, posteriores ao pedido de crédito suplementar que assinou como ministro interino do Planejamento, o Congresso Nacional beneficiou a obra do TRT com R\$ 28 milhões adicionais às dotações iniciais dos projetos de Orçamento da União. Da primeira vez, por meio de uma emenda do deputado João Cóser (PT-ES), que garantiu R\$ 18 milhões ao fórum trabalhista. Da segunda, através de emenda de R\$ 10 milhões assinada pela bancada paulista. "Alguém cogita que houve má-fé nesses casos?", questionou. "Acredito que não, como tenho certeza de que não houve má-fé no meu caso."

Em sua exposição à subcomissão,

Subcomissão ouve parlamentares

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ex-relator da Comissão Mista de Orçamento, o ex-deputado Hélio Rosas e os deputados João Cóser (PT-ES) e Yeda Crusius (PSDB-RS) serão ouvidos hoje pela Subcomissão do Judiciário sobre a liberação de recursos para a obra do fórum trabalhista de São Paulo.

Relator do Orçamento de 1996, Carlos Bezerra pretende falar à subcomissão a respeito das providências que adotou para aprimorar a aplicação de recursos fe-

derais. João Cóser foi o autor de uma emenda ao Orçamento de 1997 que destinou R\$ 18 milhões àquela obra. O ex-deputado Hélio Rosas era coordenador da bancada paulista, que apresentou emenda ao Orçamento de 1998 destinando R\$ 10 milhões à construção do fórum. Yeda Crusius participou de comitê que analisou relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras com indícios de irregularidades em 1997 e 1998.

José Jorge propõe controle interno mais rigoroso no Poder Judiciário

O relator da Subcomissão do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), defendeu ontem o aperfeiçoamento do sistema de controle interno do Poder Judiciário para evitar a repetição de desvios de recursos públicos como o ocorrido durante a construção do fórum trabalhista de São Paulo.

Durante exposição à subcomissão, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, disse que cabe ao Judiciário a iniciativa de elaborar o próprio orçamento

e ao Poder Executivo, colocá-lo em prática sem discutir o conteúdo. José Jorge questionou a liberação de recursos de créditos suplementares mesmo para obras específicas, como a do TRT de São Paulo. "Essa suplementação foi discutida individualmente", recordou.

Em resposta ao senador, Martus Tavares observou que a avaliação do pedido de crédito suplementar poderia até ser uma boa oportunidade de discutir a obra, desde que a legislação o permitisse. "Mas não cabe ao Executivo questionar os pedidos feitos pelo Judiciário e sim analisar se há fonte orçamentária para atendê-los", disse o ministro.

O relator da subcomissão registrou ainda que, em 1995 e 1996, a obra do fórum trabalhista recebeu mais recursos provenientes de pedidos de crédito suplementar do que de dotações originais do Orçamento da União. Em 1995, recordou, estavam previstos R\$ 23 milhões no Orçamento, que o Congresso reduziu para R\$ 18,8 milhões. Um crédito posterior de R\$ 11 milhões elevou a dotação do ano

para quase R\$ 30 milhões.

Em 1996, relatou ainda o senador, o Congresso reduziu de R\$ 18 milhões para R\$ 7 milhões a dotação para a obra do TRT. O crédito suplementar de R\$ 25 milhões assinado por Martus Tavares elevou a dotação final para R\$ 32 milhões.

José Jorge perguntou se esse procedimento ocorria com frequência. O ministro esclareceu que casos como esses eram comuns. "E o então presidente do TST fundamentou seu pedido de crédito suplementar de 1996 alegando que o Congresso havia reduzido as verbas para a obra do TRT", recordou.



José Jorge: crédito assinado por Martus elevou dotação reduzida pelo Congresso

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO	Brasil 500
14h30h – Sessão não deliberativa	
COMISSÃO	
10h – Subcomissão Permanente do Judiciário	
Pauta: depoimento dos deputados João Cóser e Yeda Crusius; do ex-deputado Hélio Rosas e do senador Carlos Bezerra. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3	
ESPECIAL	
12h – Cultura ao Meio-Dia	
Filme: O toque do aboié, de Claudio Mac Dowell. Auditório Petrólio Portella	
PREVISÃO PLENÁRIO	
Quinta-feira	
10h – Sessão não deliberativa	
Sexta-feira	
9h – Sessão não deliberativa	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Nabor Júnior
 4º Secretário: Casildo Maldaner
 Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
 Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
 Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
 Editor-Chefe: Edson de Almeida
 Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
 Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Lando: só contraditório esclarecerá se houve *lobby*

Senador aponta discordância entre afirmação do ministro do Planejamento de que a liberação de verbas para os Poderes Judiciário e Legislativo é automática e a versão apresentada por ex-presidentes do TST

O senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou ontem, durante o depoimento do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, à Subcomissão Permanente do Judiciário, que só “um contraditório” entre ex-presidentes do Tribunal Superior do Trabalho e o ministro “esclarecerá se há ou não *lobby*” no governo para que sejam liberadas verbas do Orçamento.

Tavares garantiu que a liberação de verbas para os Poderes Judiciário e Legislativo é automática, sem a necessidade de *lobby*. Além disso, sustentou que o governo não pode contingenciar verbas dos outros Poderes. Amir



Amir Lando lembrou que, segundo ex-presidentes do TST, liberação de verbas não é automática

Lando lembrou que dois ex-presidentes do TST afirmaram à subcomissão que o dinheiro não é liberado automaticamente.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) observou que o Executivo já

sabia em 1998 que existiam denúncias de irregularidades nas obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, pois o deputado Geovani Queiroz (PDT-PA) comunicara à Comissão Mista de Orçamento as sus-

peitas de técnicos do Tribunal de Contas da União. Apesar disso, conforme Jefferson Péres, o presidente da República enviou ao Congresso pedido de mais dinheiro para o tribunal. “O governo acompanha atentamente tudo que acontece na Comissão de Orçamento e, por isso, não pode dizer que não sabia das irregularidades”, afirmou.

O ministro do Planejamento argumentou que, até o final de 97, o Plenário do TCU não havia se pronunciado sobre as denúncias e o Executivo não tem competência para fiscalizar obras de outros Poderes. “Só em 1999 o TCU colocou o prédio do TRT de São Paulo sob suspeita”, acrescentou.

Ministro afirma não ter registro de audiência com juiz Nicolau

O ministro Martus Tavares afirmou aos senadores da Subcomissão Permanente do Judiciário que não encontrou nos registros do ministério nenhuma audiência com o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, o juiz Nicolau dos Santos Neto, durante o período em que ocupou o cargo de secretário-executivo do Ministério do Planejamento. Ele disse que determinou que fosse feita uma pesquisa na sua agenda logo que tomou conhecimento de reportagem publicada na revista *IstoÉ*, segundo a qual o ex-magistrado diz, em conversa telefônica gravada com um interlocutor não identificado, ter participado de pelo menos uma audiência.

— Não foi encontrado nenhum registro de audiência concedida a Nicolau dos Santos Neto. Também fiz um levantamento dos retornos de chamadas telefônicas e encontrei apenas o registro de dois telefonemas. Uma ligação retornada por mim no dia 11 de novembro de 1996 e uma outra retornada no dia 8 de novembro de 1996 pelo então chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Amaury Bier — explicou o ministro.

As indagações sobre os supostos contatos entre Martus Tavares e o ex-juiz Nicolau foram feitas pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon (PMDB-RS). Simon lembrou que, segundo a *IstoÉ*, durante uma audiência Martus Tavares teria dito ao juiz: “Já que você tem um pistolão desses, não precisa dizer mais nada”, referindo-se ao fato de que o ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas, teria encaminhado Nicolau dos Santos Neto para tratar da liberação de verbas para o fórum trabalhista de São Paulo. “Esse tipo de expressão não faz parte do meu vocabulário”, assegurou Martus Tavares.

Melo garante que verba foi liberada antes de o TCU apontar irregularidade

Durante a reunião da Subcomissão do Judiciário, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) desmentiu que o então secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Martus Tavares tivesse assinado em 1996 pedido de suplementação de recursos para a construção do fórum trabalhista de São Paulo depois de o Tribunal de Contas da União ter se pronunciado contra a obra. Ele registrou que, na ocasião, o TCU considerou oportuna a continuidade da obra e apenas determinou que o prédio e o terreno fossem transferidos do nome da construtora para o do TRT-SP. Martus Tavares confirmou essa informação e acrescentou que somente em 1998 o TCU constatou irregularidades na obra.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que os depoimentos colhidos até o momento pela Subcomissão Permanente do Judiciário confirmam que o desvio dos recursos destinados à obra do fórum trabalhista de São Paulo ocorreu no Poder Judiciário. Ele acrescentou que está convicto de que o ex-presidente do TRT-SP Nicolau dos Santos Neto não agiu sozinho. “Muita gente ouvida nesta subcomissão colaborou. Se com má fé ou boa fé, se com ou sem interesses escusos, não sei”, observou.

Concordando que o desvio ocorreu no âmbito do Judiciário, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) registrou que o importante no momento é descobrir para onde foram os recursos, punir os culpados, recuperar o dinheiro e corrigir as falhas para que novos desvios não venham a ocorrer.

Já o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) pediu ao ministro do Planejamento sugestões para ajudar a elucidar o caso do desvio de verbas destinadas à construção do fórum trabalhista e também solicitou propostas para tentar evitar que recursos do Orçamento sejam desviados no futuro. Martus Tavares disse que suas contribuições estão entre as medidas anunciadas recentemente pelo governo no sentido de ampliar a transparência e o controle social na utilização do dinheiro público.

Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), o depoimento de Martus Tavares esclareceu que o governo federal não tem nenhum poder para contingenciar verbas do Orçamento destinadas ao Judiciário. No mesmo sentido, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou que não havia dispositivo legal que amparasse uma decisão do governo de não formalizar o pleito do TST no sentido de liberar recursos para a construção.



Simon: “Precisamos saber se o presidente foi alertado de que havia denúncias de irregularidades”

Simon pede a convocação do ex-ministro Clóvis Carvalho

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou ontem requerimento à Subcomissão Permanente do Judiciário propondo a convocação do ex-ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho, para falar sobre a liberação de verbas para o prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Carvalho levou ao presidente da República uma mensagem do ministro do Planejamento solicitando crédito de R\$ 20 milhões para o TRT, em 1998.

— Precisamos saber se o presidente da República foi alertado, se já sabia, de que havia denúncias de irregularidades nas obras do tribunal. Precisamos saber por que a assessoria do presidente não recomendou que vetasse as verbas — sustentou Pedro Simon. O requerimento foi apresentado durante o depoimento à subcomissão feito pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou dados mostrando que, enquanto o TRT-SP recebeu ao longo dos últimos anos 36,4% das verbas previstas no Orçamento federal, outras obras de tribunais mal conseguiram receber 5%. O fato, a seu ver, mostra que o tribunal de São Paulo contou com privilégios.

Eduardo Suplicy concordou que o Congresso deveria ter averiguado melhor as denúncias do deputado Giovanni Queiroz de que um levantamento técnico do Tribunal de Contas da União havia identificado problemas nas obras do TRT-SP. Destacou que não há, até agora, indícios de que algum parlamentar da oposição tenha se beneficiado da liberação de verbas para o tribunal trabalhista de São Paulo. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, completou: “E também não há indício sobre participação de algum parlamentar governista”.



Melo esclareceu ação de Martus Tavares na liberação de recursos

ACM recebe amanhã o projeto do Orçamento 2001

O presidente do Congresso Nacional pretende votar a proposta orçamentária, elaborada pelo Poder Executivo, ainda este ano

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, recebe amanhã, das mãos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o projeto de lei do Orçamento da União para 2001. A proposta preparada pelo Executivo será em seguida encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para análise e elaboração do relatório a ser submetido ao Plenário do Congresso. O senador Antonio Carlos Magalhães pretende que o Orçamento seja votado até o final do ano legislativo.

Paralelamente à tradicional discussão do projeto, a comissão mista também deverá criar subcomissão para estudar as medidas necessárias para a transformação dos futuros orçamentos da União em textos impositivos, que deixariam de ser meramente autorizativos, conforme deliberação das lideranças partidárias em recente reunião



Para Antonio Carlos Magalhães, o Orçamento da União deve ser impositivo, e não apenas autorizativo

com o presidente do Congresso Nacional. O senador Antonio Carlos defende essa tese.

Antonio Carlos também participa, amanhã à noite, no Palácio do Itamaraty, de jantar que vai reunir os presidentes de todos os países da América do Sul. Evento inédito em Bra-

sília, o encontro de cúpula será realizado entre os dias 31 de agosto e 1º de setembro, com uma agenda em que os desafios regionais do desenvolvimento ganharão destaque. Como anfitrião, o presidente Fernando Henrique Cardoso presidirá o encontro.

CAS vai analisar proibição de implante de silicone líquido em seres humanos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve se pronunciar, ainda este semestre, sobre projeto de lei da Câmara que proíbe o implante de próteses de silicone líquido no organismo humano. Relatada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), a proposta também determina que a embalagem do produto, restrito a fins comerciais e industriais, contenha advertência sobre sua contra-indicação para uso em seres humanos.

O projeto, de autoria do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), também impõe regras ao emprego de próteses de silicone sólido em cirurgias estéticas ou reparadoras. Além de a embalagem informar sobre os benefícios e malefícios do uso do produto, sua aquisição dependeria de prescrição médica. O produto teria ainda de ser registrado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e aplicado por médico cadastrado em conselho regional de Medicina.

De acordo com o texto original da proposta, os médicos ficariam



Sebastião Rocha é o relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais

obrigados a comprovar que informaram aos pacientes sobre os riscos do uso de silicone no corpo humano. Sua utilização em implantes cirúrgicos também dependeria da assinatura de termo de responsabilidade pelo paciente ou seu responsável. Quando essa autorização expressa não fosse possível e houvesse risco de vida, o médico assumiria a responsabilidade pela aplicação.

Embora médicos e clínicas pudessem se eximir de ações de res-

ponsabilidade por efeitos adversos oriundos do implante, desde que provassem a ciência do paciente ou de seu responsável sobre os riscos do procedimento, o projeto original prevê a possibilidade de abertura de processo para reparação de erro médico. O autor considera fundamental uma legislação que obrigue profissionais e clínicas a conscientizar os pacientes sobre os perigos envolvidos com o uso de silicone no organismo humano.

Arruda propõe cadastro de usuário do telefone celular pré-pago

Seqüestradores, traficantes e outros criminosos têm utilizado telefones celulares do sistema pré-pago para poderem agir sem ser identificados. A denúncia é do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). O parlamentar informou que essa prática tem ocorrido porque as empresas operadoras de telefonia que oferecem o serviço não mantêm cadastros de seus compradores, impossibilitando à polícia rastrear as chamadas telefônicas. Com a preocupação de evitar o uso de celular pré-pago em ações criminosas, Arruda apresentou projeto que obriga o registro dos proprietários desse telefone pelas empresas.

Conforme a proposta, os atuais usuários deverão apresentar-se, após convocação da empresa operadora e dentro de um prazo de 90 dias, para fornecer os dados necessários à montagem do cadastro, como nome, endereço e número da identidade e do CPF.

Arruda informou que alguns governos estaduais, como o do Rio de Janeiro, já tentaram sancionar leis tornando obrigatória a criação do cadastro, mas a medida tem sido contestada na Justiça sob a argumentação de que a legislação que

COMBATE AO CRIME

O QUE ESTABELECE O PROJETO

Os atuais usuários deverão fornecer nome, endereço e números de identidade e do CPF dentro de um prazo de 90 dias

As lojas que venderem celulares terão 24 horas para informar à operadora telefônica os dados do comprador. Quem descumprir pagará multa de 1.000 a 10.000 Ufirs

rege o assunto deve ser federal.

O projeto obriga os estabelecimentos que comercializam aparelhos celulares do sistema pré-pago a informar à operadora, em um prazo de 24 horas, os dados do comprador. A empresa que não cumprir a determinação será multada, entre mil e dez mil Ufirs, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O projeto do líder do governo no Senado será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Senador reafirma apoio a investigação no futebol

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem em Plenário ser a favor de "ampla e profunda investigação sobre o futebol brasileiro", atendendo ao clamor popular pela moralização dessa atividade esportiva. Em entrevista logo após o pronunciamento, Arruda disse que assinará requerimento propondo a instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias como as de corrupção e tráfico de influência no setor.

— Os interesses comerciais estão prevalecendo sobre a emoção do povo e o amor à camisa. Quero deixar bem claro que não vou esquecer esse assunto — anunciou.

O parlamentar lamentou que o futebol esteja sendo dirigido hoje por um sistema parecido com o das capitães hereditárias (primeiro mo-

delo de organização política do Brasil em que grandes extensões de terra eram entregues de forma privilegiada, e sem vantagens para a Colônia, a mandatários do governo português e aos filhos destes como herança). Os capitães a que Arruda se referiu são os dirigentes e outras figuras influentes do futebol, além dos patrocinadores.

— Ninguém sabe se a seleção brasileira é formada pelos melhores jogadores, por aqueles que mantêm contrato com a Nike ou pelos que têm seus passes negociados pelo técnico Wanderley Luxemburgo — questionou o senador. Para o líder do governo, os dirigentes de futebol devem mudar o rumo que estão dando ao esporte, ou "terão de encarar as mudanças que virão à revelia deles".

Arruda considera inconseqüente o plebiscito sobre a dívida externa

Para o senador, a consulta popular só teria sentido se o país fosse “uma ilha, capaz de sobreviver sem ligação com outras economias, deixando de sofrer, de forma cruel, as conseqüências da decisão”

Em debate ocorrido ontem no Plenário, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) classificou de inconseqüente a convocação de um plebiscito, por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para que a população defina se é contra ou a favor do pagamento, pelo governo, das dívidas externa e interna do país.

— É fácil, cômodo até, fazer plebiscito para saber se devemos ou não pagar a dívida. Se fôssemos uma ilha, capaz de sobreviver sem nenhuma ligação com outras economias, deixando de sofrer, de forma cruel, as conseqüências da de-



José Roberto Arruda lançou desafio a candidata do PT

cisão, estaria tudo bem. Há, no entanto, um “mundo real” — afirmou.

Arruda lançou um desafio à ex-deputada Marta Suplicy, candidata do PT à prefeitura de São Paulo, para que assuma o compromisso de não pagar as dívidas do município, mantendo a coerência do partido, que apóia o plebiscito.

— Ela continuaria liderando as intenções de voto? De início, creio que sim. Mas, em seguida, as pessoas sérias, que movem a economia de São Paulo, considerariam demagogia — disse, mencionando ainda o requerimento do senador Eduar-

do Suplicy (PT-SP), endereçado ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que solicita informações quanto à natureza da dívida. Para Arruda, se ele ainda pede informações sobre a dívida, não está sendo coerente em apoiar, de pronto, o plebiscito em favor do “calote”.

Em resposta, Suplicy afirmou que a candidata petista, sua esposa, já tem declarado publicamente posição favorável à auditoria das dívidas externa e interna — prevista pela Constituição federal de 1988 —, para que então sejam honrados os compromissos do país. Quanto à prefeitura, assegurou que, se eleita, a ex-deputada pagará as dívidas do município, mas apresenta alternativas de negociação, incluindo a implementação do programa de renda mínima. O senador explicou também

que apóia a consulta popular, mas que esta se refere, primeiramente, à realização da auditoria.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) felicitou Arruda por colocar a questão em debate e disse que o governo poderia ser mais “duro” nas negociações, aproveitando o sentimento popular expresso no plebiscito. Como Suplicy, Saturnino se disse favorável ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo país, após a auditoria.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que não vê nenhum problema na consulta popular sobre a necessidade de auditoria das dívidas. Ele acredita até que a manifestação popular fortalecerá a posição do governo, que exige nos foros internacionais melhores condições para o pagamento.

Bessa critica manifestações contra o pagamento

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) disse que “não tem sentido nem lógica” deixar de pagar a dívida externa. Ele criticou o movimento organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) junto com a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), partidos de oposição e outras entidades.

Tais instituições promovem de 2 a 7 de setembro um plebiscito para saber se o Brasil deve continuar pagando a dívida externa ou se deve antes realizar uma auditoria pública sobre esse débito, que soma hoje US\$ 236 bilhões. “Essa dívida precisa ser paga, como outras dívidas foram pagas. O Brasil há de honrar seu compromisso, há de prestigiar sua palavra”, defendeu o senador.

Conforme o parlamentar, nenhum país deve recursos sem ter necessidade. Ele explicou que o Brasil precisa de dinheiro externo porque sua poupança interna é insuficiente para os investimentos sociais que a nação requer. “O que o Brasil está fazendo é o que todos os países fizeram, inclusive o país mais rico do mundo, os Estados Unidos”, afirmou.

Djalma Bessa lembrou que os Estados Unidos têm uma dívida bem maior que a brasileira e nem por isso a população norte-americana anda preocupada com ela, acrescentando que no Brasil também não há por que assustar-se com a dívida. Para Bessa, se países como Estados Unidos, Japão, Inglaterra e Canadá emprestam dinheiro ao Brasil “é porque sabem que podemos e vamos pagar o que devemos”.

O senador explicou que os compromissos externos se destinam sobretudo a resolver problemas sociais e salientou que a população tem pleno conhecimento disso. “Essas dívidas não foram contratadas de modo secreto. O Senado as examinou e as aprovou”, enfatizou ele.

Na opinião dele, a CNBB deseja, com o plebiscito, mostrar que o país deve ser prudente com o endividamento externo.



Bessa: “O Brasil há de honrar seu compromisso, prestigiar sua palavra”

Suplicy pede informações ao ministro da Fazenda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de informação ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que envie ao Senado dados detalhados sobre as dívidas interna e externa brasileiras. O parlamentar quer saber, discriminadamente, quem são os credores dessas dívidas, o valor dos títulos em poder deles e as respectivas instituições e participações.

Ao justificar a proposição, o senador argumentou que, apesar do consenso nacional em torno da necessidade de aumentar os investimentos governamentais na área social, há a evidência de que “um dos maiores obstáculos a esse incremento reside na fragilidade financeira das contas públicas”.

Suplicy ressaltou que essas dívidas vêm crescendo nos últimos cinco anos. Ele lembrou que a dívida interna líquida nacional saltou de R\$ 170,3 bilhões em 1995 para R\$ 407 bilhões em 1999, passando de 24,5% para 37% do PIB. A dívida externa chegou a R\$ 423 bilhões no ano

passado, o que representa 38,5% do PIB.

Os juros da dívida interna, observou o senador, consumiram R\$ 37,06 bilhões em 1999, e o Orçamento para este ano destinou R\$ 78,1 bilhões para o pagamento das dívidas interna e externa. “Esse extraordinário montante indica o crescente comprometimento dos recursos públicos para pagar os credores da dívida”, completou.

Foram esses números, disse Suplicy, que levaram diversos segmentos sociais a promover uma consulta popular sobre a oportunidade de se continuar destinando tal

volume de recursos para essa finalidade. O senador sugeriu que o ministro Malan, ao tomar conhecimento da apresentação do requerimento, se antecipe e informe ao Senado e à opinião pública brasileira quem recebe os juros e o serviço das dívidas interna e externa, até mesmo para que a consulta popular “possa ser feita com base nas informações que vierem do Ministério da Fazenda”.

Consulta dá à população a chance de mostrar o que pensa, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a realização de plebiscito sobre o pagamento da dívida externa brasileira, conforme proposta da CNBB e de outras entidades. Ela disse que a idéia da consulta foi referendada no Tribunal Internacional da Dívida, entidade que reúne vários países com dificuldade de pagar seus débitos e cujas populações enfrentam grande sofrimento, em razão de “terem se tornado reféns do FMI”.

Segundo Heloísa, todos os países em dificuldades para pagar os juros externos discutem a alternativa de não pagá-los. Ele também defende a rediscussão do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para que recursos necessários à população deixem de ser enviados aos credores.

No seu entender, o plebiscito é uma oportunidade de conhecer a legítima vontade da população em relação ao endividamento do país e ao acordo com o FMI.

— É a oportunidade de a população se posicionar sobre algo que mexe diretamente com sua vida cotidiana porque, enquanto se destinam milhões de reais para pagar a dívida, a grande maioria do povo é submetido à fome, ao desemprego e à humilhação — afirmou.

A manifestação livre da população sobre essas questões constitui, na opinião dela, um mecanismo de pressão junto ao governo federal, para fazê-lo rediscuti-las. Heloísa informou que várias urnas serão espalhadas pelo país para que a população participe dessa discussão, que “não pode ser feita exclusivamente por tecnocratas ajoelhados diante do FMI e dos organismos internacionais da agiotagem”. Os organizadores do plebiscito também devem colocar uma urna no Congresso Nacional.



Heloísa: dívida externa “mexe com a vida cotidiana” da população



Suplicy: dívida interna líquida do país já chega a 37% do PIB

Cabral defende incentivo para a Zona Franca de Manaus

O senador considera que o fim dos benefícios fiscais concedidos a empresas da região irá trazer “grandes prejuízos sociais para o país”

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu ontem a manutenção de incentivos fiscais para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, responsável pela maior parte da indústria brasileira de bens eletroeletrônicos. De acordo com o parlamentar, o projeto que modifica a Lei de Informática, atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), enfraquece a Zona Franca e pode trazer grandes prejuízos sociais ao país.

— Ninguém tem idéia do montante, em bilhões de reais, do prejuízo que poderá representar o enfraquecimento da Zona Franca de Manaus. É uma questão de sobrevivência para o meu estado e para toda a região amazônica — afirmou o senador, alertando para o fato de que o projeto não apresenta estudo demonstrativo do impacto regional dos incentivos fiscais concedidos à Zona Franca, cuja existência é garantida pela Constituição de 1988.

Cabral mencionou pronunciamento seu, feito há 33 anos, quando era deputado federal, em que já defendia a Zona Franca. Para o



Para Cabral, o enfraquecimento da Zona Franca de Manaus atingirá toda a região amazônica

senador, a criação da área trouxe um grande atrativo e fortaleceu o “sentimento de brasilidade” entre os moradores da região, que, antes, iam a países vizinhos em busca de produtos mais baratos e até de escola para os filhos.

O senador citou ainda o parecer do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Antônio Macedo, contrário à alocação de recursos, na forma de incentivos fiscais, para a indústria automotiva, em especial montadoras. De acordo com o parecer, o total de US\$ 1,8 bilhão indiretamente repassados, nos últimos

quatro anos, para o setor automotivo não cumpriu a finalidade de criar empregos. Bernardo Cabral lembrou que empresas como a Ford e a General Motors estão entre as dez mais rentáveis em lista divulgada pela revista *Forbes*. Apesar disso, afirmou, o emprego no setor caiu 21,86%.

— Enquanto isto, os incentivos fiscais que são concedidos, não apenas para um setor, mas para toda uma região, trazendo benefícios à sua população, são sempre vistos com uma espécie de má vontade pelos tecnocratas — observou.

Marina Silva presta homenagem póstuma ao ex-senador Mário Maia

A senadora Marina Silva (PT-AC) prestou homenagem ontem ao ex-senador Mário Maia, falecido recentemente. Como médico, Mário Maia dedicou-se ao atendimento de pessoas carentes no Acre, informou a senadora, que o conheceu aos 19 anos ao ser medicada por ele na Santa Casa quando contraiu hepatite B. Marina disse que, na ocasião, surpreendeu-se com a dedicação do médico aos pacientes.

— Durante a vida, nos aproximamos em momentos de dor. E em momentos de disputa política, nos distanciamos. O que para mim era sempre uma perda — disse a senadora ao explicar as diferenças políticas que os separaram em alguns períodos.

Chamando o médico de velho guerreiro, como era conhecido no Acre, a senadora disse que foi com alegria que rece-



Marina Silva afirmou que Mário Maia sempre tratou o povo acreano com respeito

beu dele, há pouco tempo, um poema. Apesar das divergências políticas com o ex-senador, Marina Silva frisou que pretendia deixar claro em seu pronunciamento o tratamento respeitoso que Maia sempre teve em rela-

ção ao povo acreano.

Com nove irmãos, Mário Maia concluiu os estudos com muitos sacrifícios, destacou a senadora. Ele foi seringueiro, vendedor de refresco e chegou a trabalhar como servente no grupo escolar onde estudava. Marina informou que a carreira política do ex-senador começou em 1959 e foi interrompida em 1968 devido a sua oposição ao regime militar, tendo os direitos políticos cassados. A senadora lembrou que, em 1982, o seu primeiro voto foi dado a Mário Maia, quando ele foi eleito senador pelo Acre. Depois foi assessor parlamentar no Ministério da Saúde, por duas vezes, tendo criado o Projeto Barco-Hospital, para atendimento de populações ribeirinhas em todo o país. De 1994 a 1998, foi secretário de Saúde do Acre.

Projeto garante controle social na administração pública

A participação popular na administração pública e o controle social mais efetivo da gestão nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal) estão previstos em projeto da senadora Marina Silva (PT-AC). A proposta já apresentada cria junto ao Tribunal de Contas de União (TCU) secretaria especial para servir de canal de acesso da sociedade civil às informações e ao controle da administração pública.

Para a senadora, o direito de participação do cidadão, individual ou coletivamente, deve ser “disseminado, facilitado, estimulado, respeitado e considerado quase sagrado, com previsão legal de sanções severas para os gestores e agentes públicos que assim não o considerem”. O projeto de lei visa criar os canais de participação na estrutura pública e centralizar o recebimento das demandas populares relativas à participação e controle do poder público no TCU e no Poder Legislativo.

A proposta de Marina Silva determina a organização e implantação pelo tribunal, no prazo de 60 dias a partir da publicação da lei, de secretaria especial para, dentro de sistemática própria e sob a coordenação de um ministro do tribunal, “conhecer, processar e encaminhar as denúncias, reclamações e queixas populares”. O objetivo é a apuração e correção de erros, omissões ou abusos de agentes públicos federais ou outros gestores abrangidos por sua jurisdição.

Além disso, pretende-se garantir a instauração de procedimentos para a apuração de ilícitos administrativos e o aperfeiçoamento dos serviços públicos em geral, em termos de moralidade e respeito aos direitos do cliente-cidadão, assim como o combate à corrupção.

A senadora também quer garantir a rapidez e autonomia do órgão que pretende criar. Por isso, propõe que a secretaria tenha agilidade e competência para requerer documentos, determinar a realização de inspeções, auditorias e fiscalizações, bem como pedir providências a qualquer órgão ou instituição da administração federal, “sem a intervenção do plenário ou das câmaras” do Tribunal de Contas da União.

No artigo 12 de seu projeto de lei, Marina Silva estabelece as punições para quem desrespeitar os princípios do controle social da gestão pública. “A sonegação de informações ou o descumprimento de prazos previstos nessa lei, a omissão de providências e o fornecimento de informações falsas ou incompletas sujeitam os infratores às penas de prisão de um a quatro anos e multa de 1.000 a 10.000 Ufirs, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis”, propõe a senadora.

O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, aguardando a indicação de relator.

Simon retoma proposta para construção de capela no Senado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) reapresentou projeto de resolução que garante a construção de capela ecumênica nas dependências do Senado. O templo seria destinado a orações e atos religiosos dos servidores e parlamentares da Casa. Sua criação está sendo analisada pelo primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN).

A primeira iniciativa de Simon nesse sentido ocorreu em 1991. Na oportunidade, o então relator da matéria, senador Saldanha Derzi, considerou a sugestão “louvável”, mas opinou pela sua



Pedro Simon

rejeição, diante da carência de espaço físico na Casa. A proposta foi reapresentada em 1997, sendo arquivada por falta de manifestação formal da Mesa e da Diretoria-Geral do Senado.

Simon lamenta que, passados quase dez anos, o Senado tenha se preocupado em ampliar e reformar suas instalações sem reservar “um cantinho ao encontro pessoal com Deus”. O parlamentar gaúcho pleiteia apenas, segundo explica, “uma capela da maior singeleza possível, onde nossos servidores e parlamentares possam meditar e refletir sobre seus problemas”.

Álvaro Dias propõe o fim da reeleição

Para o senador, a experiência no Brasil não tem sido boa. “Nesse momento, em algumas cidades, o prefeito que pretende se reeleger parece ser candidato único”, afirma



Álvaro Dias antecipou seu parecer favorável a três propostas de emenda constitucional prevendo o fim da reeleição

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem o fim da reeleição, por entender que a cultura política do país tem cercado esse instituto de excessos inadmissíveis de uso da máquina administrativa durante as campanhas eleitorais, nos três níveis de poder. “A experiência não vem sendo boa. Nesse momento, em algumas cidades, o prefeito que pretende se reeleger pare-

ce ser candidato único, porque domina todos os espaços para cartazes e a propaganda pelo rádio e TV”, frisou.

Álvaro Dias é relator de três propostas de emenda constitucional prevendo o fim da reeleição e antecipou que seu parecer será favorável. Ele também é relator de parte da reforma política em tramitação no Senado, prevendo o exclusivo financiamento público das campanhas eleitorais, através de um fundo partidário, providência que considera imprescindível para a moralização da propaganda eleitoral no país.

— Os candidatos com grande poder econômico desvirtuam o princípio democrático que criou a propaganda eleitoral pelo rádio e TV. Eles contratam equipes caras e equipamentos de última geração e transformam seus programas em novas edições dos festivais de Cannes,

San Remo ou da Festa do Oscar. Há uma disparidade gritante que desqualifica o processo eleitoral — opinou.

Segundo o senador, “o cidadão imagina que estão colocando a mão no bolso do contribuinte para financiar campanhas eleitorais”. Mas, acrescentou, “essa é uma impressão preliminar e equivocada”. Se o fundo vingar, “com a necessária fiscalização, certamente haverá uma grande economia de recursos públicos”, observou.

Para Álvaro Dias, boa parte dos escândalos de corrupção no Brasil começa com a campanha eleitoral, como foi o caso do governo Collor, cujo processo de *impeachment* teve início com PC Farias e as sobras de campanha. Ele também critica a prestação de contas das campanhas “nas quais a mentira prevalece”, para concluir que os parlamentares precisam combater essas falhas.



Para Alcântara, rodovias impõem prejuízos ao governo, danos aos veículos e ônus aos fretes

Alcântara pede urgência na recuperação das BRs no Ceará

As rodovias federais no Ceará estão em condições intransitáveis e exigem atenção e providências do governo, disse ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele informou que, amparada em levantamento estadual preliminar, a bancada federal cearense solicitou audiência com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para reivindicar urgência na recuperação das rodovias.

Apesar de representarem apenas 5% do total da malha rodoviária do Ceará, é pelas rodovias federais que trafegam 76% das cargas transportadas no estado. Intransitáveis, insistiu o senador, as rodovias têm imposto prejuízos ao governo, danos aos veículos e ônus crescentes nos fretes.

Conforme estimativa de custos realizada pelo Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (Dert) do governo do Ceará, serão necessários cerca de R\$ 94 milhões para recuperar as rodovias e mais R\$ 155 milhões para duplicar a BR-116 no trecho Fortaleza/Pacajus e construir um anel rodoviário.

Alcântara informou também que, secundando documento sobre a situação das rodovias federais encaminhado pelo governador Tasso Jereissati ao ministro dos Transportes, ele e o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) solicitaram várias vezes a atenção do ministro ao problema e o farão novamente. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, também será procurado pelos parlamentares cearenses, assegurou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Olho da criança — Parte 1
6h30 — Agenda Econômica — O diretor do Dieese, Sérgio Mendonça, fala sobre o desemprego
7h30 — Entrevista — Senador José Alencar fala sobre os remédios falsificados
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola — Trama do olhar — Emocione-se
9h — Cores do Brasil — Sergipe
9h30 — Entrevista — Senadora Marina Silva fala sobre o controle social das verbas públicas
10h — Subcomissão do Judiciário (ao vivo)
13h30 — Agenda Econômica — O diretor do Dieese, Sérgio Mendonça, fala sobre o desemprego
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — Entrevista — Senadora Marina Silva fala sobre o controle social das verbas públicas
19h — Cores do Brasil — Turismo em Diamantina
19h30 — Agenda Econômica — O diretor do Dieese, Sérgio Mendonça, fala sobre o desemprego
20h30 — Entrevista — Senador José Alencar fala sobre

os remédios falsificados
21h — Jornal do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta - Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Ministro Paulo Renato: Tocantins é o único estado sem uma instituição de ensino superior federal

Projeto que cria Universidade Federal do Tocantins já está tramitando no Senado

A criação de uma universidade federal no Tocantins, uma antiga e freqüente reivindicação da população local, foi atendida pelo governo federal. Projeto de autoria do Executivo federal criando a Fundação Universidade Federal do Tocantins está tramitando no Senado e será examinado pelas comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A implantação da universidade, que será vinculada ao Ministério da Educação, está sujeita à existência de dotação específica no Orçamento da União. A sede da instituição será em Palmas, capital do estado.

Na exposição de motivos do projeto, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, explicou que To-

cantins é a única unidade da Federação sem uma instituição de ensino superior federal. De acordo com o ministro, uma série de ações implementadas pelo governo federal tem provocado expansão acelerada do número de pessoas formadas no ensino médio, o que cria maior demanda por vagas no ensino superior. Além disso, lembra Paulo Renato, Tocantins vem apresentando crescimento populacional e econômico.

Tocantins conta com uma universidade criada pelo governo estadual, sob a forma de fundação de direito privado, e outras três faculdades privadas. No conjunto, já existe um total de 2.500 vagas no ensino superior no estado.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Freire defende socialização da medicina

Senador lamenta que a assistência médica no país continue submetida ao imperativo do mercado, com o lucro em primeiro lugar, e propõe a construção de centros públicos de saúde

O senador Roberto Freire (PPS-PE) acredita que a proliferação dos planos de saúde e o fortalecimento da chamada medicina de grupo são os principais responsáveis pelo fato de a maioria da população ainda não se beneficiar de uma medicina de qualidade e de seus avanços tecnológicos. Ele defende a socialização da medicina brasileira, com a construção de centros públicos de saúde, e apresentou projeto de lei prevendo a adoção dessa medida.

Freire entende que, além da construção de centros públicos de saúde, deveria ser instituído o estágio obrigatório remunerado dos médicos recém-formados, como re-



Freire é a favor da instituição do estágio obrigatório e remunerado dos médicos recém-formados

quisito básico para o reconhecimento do diploma e habilitação profissional. Sem o estágio, que du-

riaria um ano, os médicos não poderiam exercer a profissão.

O senador, cujo projeto está sendo examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), considera que esse seria o caminho para que as populações dos municípios com carência de médicos passassem a ter um melhor atendimento na área de saúde. A medida, conforme informou, já foi adotada com sucesso em vários países, entre os quais México, Venezuela e Equador.

O projeto estabelece que o estágio remunerado dos médicos seria pago com recursos dos orçamentos da Seguridade Social da União, estados, municípios e do Distrito

Federal. Caberia ao Ministério da Saúde definir, anualmente, os municípios, ouvida a Comissão Intergestores Tripartite, instituída pela norma operacional básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

— Além de fazer chegar a assistência médica, a promoção da saúde e a prevenção das doenças às regiões carentes do interior brasileiro, a iniciativa poderia possibilitar o reencontro do profissional com a comunidade — observa Roberto Freire, para quem o exercício da medicina no país continua sendo submetido a um perigoso imperativo: o do mercado, em que o lucro está em primeiro lugar.



Roberto Saturnino afirma que a Rádio MEC do Rio está sofrendo um processo de enfraquecimento

Saturnino pede solução para dificuldades da Rádio MEC-RJ

As dificuldades financeiras por que vem passando a Rádio MEC do Rio de Janeiro foram tema de pronunciamento do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ontem. Para ele, o governo federal submete a emissora a um “processo de enfraquecimento”. A rádio, relatou o senador, passou por diversas transformações visando sua extinção, o que tem provocado manifestações de funcionários e ouvintes.

Nos anos 30, lembrou Saturnino, a rádio foi doada por Roquete Pinto ao governo federal, sob o compromisso de que não fosse veiculada propaganda oficial e com a garantia de uma programação cultural e educativa

— A impressão que se tem é de que, no fundo, manifestou-se uma vontade de extinção da emissora. Como estava faltando coragem para o enfrentamento da opinião pública, decidiu-se colocá-la num ambiente impróprio à sua vida e deixá-la ir-se extinguindo com o tempo, deixá-la à míngua, sem recursos, e proibir outras formas de captação de recursos. Se é o caso de extinguir, vamos fazer uma consulta à sociedade brasileira — afirmou o senador.

Saturnino tem encontro agendado com os ministros da Educação, Paulo Renato, e da Cultura, Francisco Weffort, quando irá sugerir a vinculação da emissora a um dos dois órgãos. O senador acrescentou que a MEC-Rio possui o maior e melhor acervo de música brasileira do século 20 e o melhor estúdio sinfônico do país, embora seja muito pouco utilizado. O senador disse ainda que a emissora goza de grande prestígio no Brasil e no exterior devido à sua natureza educacional.

Ademir prevê a melhoria do setor com garantia de recursos

A recente aprovação da proposta de emenda constitucional da saúde pelo Congresso, obrigando a vinculação de recursos do Orçamento para o setor, foi avaliada de forma positiva pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que destacou a possibilidade de a medida garantir a melhoria das condições estruturais para atendimento das necessidades de saúde da população.

Ele entende que o governo vem adotando, sistematicamente, uma série de mecanismos que desviam recursos não só de fonte tributária, como também de contri-

buições sociais, para o fim de diminuir uma dívida impagável. “No entanto, a aprovação da PEC da Saúde, pelo Legislativo, abre a possibilidade de reversão de um quadro triste e inglório para o país”, ressaltou o parlamentar.

Para ele, não se trata de engessar os gastos dos governos, em seus três níveis, mas tão-somente de criar um mecanismo que torne efetiva a prioridade para a saúde, “tal como definida pela Constituição”, frisou. De acordo com o senador, ao lado da insuficiência dos gastos públicos federais, estados e municípios também gastam pouco com saúde.



Ademir acredita em um novo modelo assistencial, cujo foco deve ser a eficácia do sistema

Mesmo com o reforço que a aprovação da PEC da Saúde trará para o setor, Ademir Andrade propôs que a sistemática, os critérios e os parâmetros com que são realizadas as transferências intragovernamentais sejam reavaliadas e redefinidas. Ele

lembrou que os repasses ao Ministério da Saúde têm sido, desde 1988, inferiores às necessidades da área.

Apesar de entender “que sem investimentos em infra-estrutura, em instalações e equipamentos tecnologicamente diferenciados não será possível ampliar a eficácia do sistema”, o senador considerou que, com a aprovação dessa PEC, a perspectiva que se abre é a de intensificação da construção do novo modelo assistencial, cujo foco deve ser a ampliação da eficácia do sistema.

Por fim, Ademir Andrade chamou atenção para a importância de uma mudança na política de recursos humanos, sem a qual “é difícil pensar em ampliar a eficácia do sistema”.

Suassuna aplaude controle mais rígido de verbas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o Brasil vai mudar, em função das regras mais rígidas de controle do dinheiro público que o presidente Fernando Henrique Cardoso adotou, tais como o Código de Conduta da Alta Administração Federal, a decisão de não liberar verbas para obras que apresentam irregularidades e a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no primeiro semestre pelo Congresso Nacional.

Segundo Suassuna, para que a mudança seja completa é preciso que os demais setores da administração pública, a estrutura judiciária e, principalmente, a polícia se

agilizem para garantir que as investigações tenham seqüência na apuração e punição dos responsáveis por desvios e malversação de verbas públicas. “A opinião pública quer ver os culpados na cadeia, numa punição a galope”, garantiu.

O senador admitiu que a interrupção de obras é, por vezes, um procedimento mais caro do que sua continuação, apesar das irregularidades. Ele observou, porém, que o exemplo das obras do TRT de São Paulo deixou claro não ser possível admitir a manutenção do fluxo de verbas sem uma apuração cabal dos indícios, desde o primeiro instante em que surgem.

“Muito dinheiro teria sido economizado se essa medida tivesse sido adotada”, afirmou.

DEFESA

Ao falar em Plenário pouco antes do depoimento do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, na Subcomissão do Judiciário, Suassuna afirmou que o ministro “é um homem honrado, que dará todas as explicações necessárias sobre seu papel na liberação de verbas suplementares para o TRT”. Ele considerou positiva a presença do ministro na subcomissão, “para que os senadores tenham a oportunidade de questioná-lo e para que a



Suassuna fez a defesa do ministro Martus Tavares, que considera um homem honrado

lisura de seu comportamento fique clara diante da opinião pública e da imprensa”.